

Schulz S.A.
C.N.P.J. nº 84.693.183/0001-68
NIRE nº 423.0000848.6
Companhia Aberta

10. Comentário dos Diretores sobre a situação financeira da companhia referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009:

10.1. - Comentários sobre:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:

2009, foi sinônimo de crise e desafios. E o resultado de um ano de crise não expressa a nossa capacidade de entregar melhores resultados. Foi um ano marcado por ociosidade expressiva, onde os efeitos da recessão mundial tiveram forte impacto, principalmente na Divisão Automotiva, e o dólar foi e permanecerá sendo um componente desafiador.

Vale lembrar que a Schulz vinha de um período de dois anos de pesados investimentos em suas fábricas, finalizado em 2008. Estávamos prontos para decolar quando a crise mundial estourou. Tivemos que ser criativos em todas as frentes, principalmente no campo comercial, de forma que pudéssemos ser preferidos e lembrados pelos clientes como fornecedores capazes de garantir a segurança de fornecimento, sem perder a qualidade e a pontualidade de entrega.

Porém, a despeito dos desafios enfrentados em 2009, a Companhia apresenta saudáveis condições patrimoniais e financeiras:

- I. Consistente geração de lucros;
- II. Geração operacional de caixa compatível com suas necessidades operacionais e financeiras;
- III. Adequada estrutura de capital, com financiamento de terceiros com custo competitivo e adequado suporte das instituições financeiras para fazer frente às suas demandas de curto e longo prazo;
- IV. Nível de endividamento compatível com sua estrutura de negócios.

Importante registrar que a gestão está sustentada em planejamento orçamentário, bem como em um planejamento estratégico em condições de ser monitorado periodicamente. Por conta disto, em situação normal de mercado a Companhia tem gerado caixa adequado para fazer frente as suas necessidades operacionais, notadamente com apoio financeiro por parte dos bancos de forma geral nos apoiando com financiamentos na aquisição de máquinas e equipamentos e na expansão de fábrica.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

A atual estrutura de capital da Companhia, seja próprio e de terceiros, é considerada adequada para as atividades operacionais normais.

i. Hipóteses de resgate

Não há previsão nem autorização para esta finalidade até o presente momento.

ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate

Não se aplica em razão da situação anterior (i).

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A companhia possui um caixa disponível equivalente a 91 % do valor de todos os compromissos financeiros de curto prazo e uma relação Dívida líquida de curto prazo / EBITDA de 0,1.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Além de recursos próprios, ou seja, gerado pela atividade operacional, a Companhia possui operações de pré-pagamento de exportações, BNDES-Exim Pré-embarque, dentre outras operações de crédito para o financiamento de ativos não-circulantes, tais como FINEP, FINAME e Finimp.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Linhas de crédito do BNDES(EXIM, FINAME), através de seus agentes repassadores, e outras linhas de crédito ofertados pelos bancos nacionais e internacionais, tais como; linhas de financiamento para capital de giro e exportação, quando necessário.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

I. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>	<u>Modalidade</u>	<u>Custo Médio</u>	<u>Vencimento Final</u>	<u>Garantias</u>
18.135	27.963	Finame	TJLP + 1,67% a.a	2.019	Alienação Fiduciária
3.400	3.936	Capital de Giro	140% do CDI	2.013	Nota Promissória
26.640	46.129	Fin.Invest. - DEG	VC + Libor + 2,50% a.a	2.015	Hipoteca
4.153	3.812	FINEP	TJLP	2.012	Fiança Bancária
8.004	4.433	Prodec	4,00% a.a	2.012	-
909	3.407	Finamim	VC + 8,19% a.a	2.011	Alienação Fiduciária
6.001	15.554	BNDES-Exim	TJLP + 8,07% a.a	2.011	Nota Promissória
110.215	16.341	BNDES-Exim PSI	4,50% a.a	2.012	Nota Promissória e/ou Recebíveis
30.960	57.261	Pré-Pgto. Exportação	VC + Libor + 6,20% a.a	2.014	Nota Promissória
208.417	178.836	Longo Prazo			
96.575	91.593	Curto Prazo			
304.992	270.429	Total			

II. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Vide demonstrativo acima.

III. Grau de subordinação entre as dívidas

Não se aplica.

IV. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

As cláusulas e condições existentes nos contratos financeiros para fins de garantia não caracterizam restrições significativas que possam causar limitações na gestão da Companhia.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não se aplica.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

- I. A receita operacional bruta de R\$ 478,5 milhões, contempla uma redução de 22,1% quando comparada aos R\$ 614,0 milhões obtidos em 2008.
- II. O custo dos produtos vendidos totalizou R\$ 275,3 milhões em 2009, valor 17,2% inferior ao montante somado em 2008. A redução no CPV foi menor que a redução verificada na receita bruta, o que gerou aumento na relação CPV/Receita Bruta, de 54,2% em 2008 para 57,5% em 2009.
- III. As despesas operacionais tiveram uma redução de R\$ 22,2 milhões durante o ano de 2009, o que equivaliu a uma diminuição de 28,2%. Desse total, R\$ 19,3 foram reduções de despesas

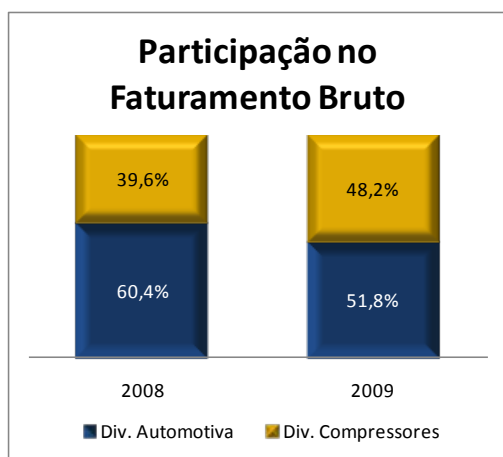
com vendas, que responderam por 77,5% das despesas operacionais totais do período (80,2% em 2008), e que atestam os esforços empreendidos pela Schulz para tornar sua estrutura mais compatível com demandas enfraquecidas pela retração econômica, sem abrir mão de seus principais talentos.

- IV. As despesas com vendas tiveram uma redução de 30,6% em 2009 em comparação com 2008. Essas despesas totalizaram R\$ 43,8 em 2009, contra os R\$ 63,2 milhões despendidos em 2008.
- V. O Resultado operacional líquido antes do resultado financeiro foi de R\$ 37,6 milhões, valor 54,3% menor do que o registrado em 2008.
- VI. O EBITDA somou R\$ 63,0 milhões em 2009, com margem EBITDA de 17,1%, enquanto que em 2008 foi registrado um EBITDA de R\$ 104,6 milhões, com margem de 21,2%.

10.2. Comentários sobre:

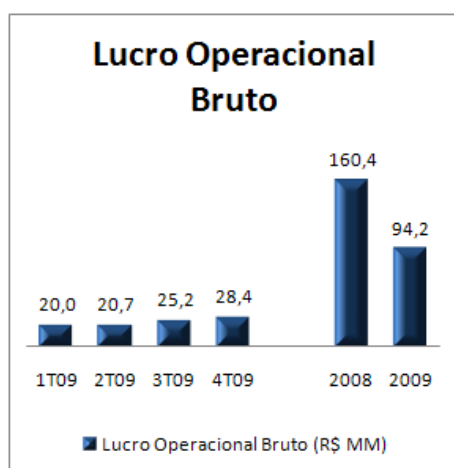
a) Resultados das operações do emissor:

I. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita



Na Divisão Compressores são os compressores de ar comprimido (linha industrial e serviços) e na Divisão Automotiva são os produtos (componentes de ferro fundido) fundidos, usinados e pintados.

II. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais



O lucro operacional bruto atingiu R\$ 94,2 milhões em 2009, valor 41,3% inferior aos R\$ 160,4 milhões obtidos em 2008. Contudo, esta redução, inevitável, haja vista o cenário de crise em que estávamos inseridos, não faz jus à performance apresentada pela companhia, pois, quando avaliamos a evolução trimestral observada em 2009, fica evidente que já em 2009, houve o início do processo de retomada da atividade econômica dos segmentos nos quais atuamos

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

O impacto da apreciação do real frente ao dólar em 2009, agravada pela queda das exportações de 53% em relação a 2008, contribuiu para a redução da Receita Operacional Líquida. Por outro lado, esta mesma apreciação do real em 2009, gerou o Resultado Financeiro Líquido positivo de R\$ 18,2 milhões, contra o resultado negativo de R\$ 98,0 milhões em 2008.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.

Além dos efeitos mencionados anteriormente, não houve majoração significativa dos insumos seja do MI ou do ME.

Com relação ao endividamento bancário em 2009, a Companhia realizou a substituição de parcela significativa do seu endividamento em moeda estrangeira, o que permitiu a redução da exposição cambial, e do custo médio de captação.

10.3. Efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não se aplica.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em dezembro de 2009, a SCHULZ adquiriu a totalidade das ações da SOMAR S.A., indústria mecânica dedicada aos segmentos de construção civil, industrial, hobby e de aplicações em geral, com destaque para motobombas centrífugas para aplicação industrial e residencial (cidade, campo e principalmente praia), cujo faturamento em 2009 foi de R\$ 31.1 milhões.

A aquisição e incorporação da Somar já foi homologada em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 17 de dezembro de 2009, e estamos com o processo da incorporação operacional em andamento. Os efeitos da aquisição na operação da Schulz somente serão percebidos a partir de 2010.

c. Eventos ou operações não usuais

Nada a destacar.

10.4. Comentários sobre

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras, dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008, foram elaboradas de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Imobiliários.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve efeitos significativos.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os pareceres dos nossos Auditores Independentes foram emitidos sem ressalvas, nos últimos 3 exercícios.

10.5. Indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

As principais práticas contábeis inclusive no que diz respeito às estimativas, adotadas na elaboração das demonstrações financeiras de 2009 e 2008 estão descritas a seguir:

a) Demonstrações Financeiras Consolidadas

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei nº 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, dos quais destacamos os seguintes:

- I. Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação;

- II. Eliminação dos investimentos nas sociedades controladas na proporção dos seus respectivos patrimônios; e,
- III. Eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as sociedades incluídas na consolidação.

b) Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

c) Compensações Entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

d) Apuração do Resultado

- I. O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação de receitas, custos e as despesas correspondentes.
- II. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita pode ser razoavelmente mensurado.
- III. As despesas e custos são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e podem ser razoavelmente mensurados.

e) Valor Recuperável de Ativos (“Impairment”)

O imobilizado e outros ativos não circulantes são submetidos ao teste de recuperabilidade para se identificar perdas por “impairment” anualmente ou quando eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda por “impairment” é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

f) Caixa e Equivalentes de Caixa

São classificados como caixa e equivalentes de caixa, numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

g) Instrumentos Financeiros

Os ativos financeiros adquiridos principalmente com a finalidade de utilização no curto prazo, gerenciados em conjunto e para os quais existe evidência de padrão recente de realização de lucros a curto prazo, são mensuradas ao valor justo lançado em conta de resultado.

Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são aplicados com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a entidade tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São mensurados pelo custo de aquisição ao valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, lançado em conta do resultado.

h) Contas a Receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

Normalmente são reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para eventuais perdas se necessária e, ajustadas a valor presente somente quando se tratar de operações de longo prazo, com característica de financiamento ao cliente.

i) Estoques

Os estoques foram valorados ao custo de fabricação e médio de aquisição, líquidos de impostos recuperados e não superam os preços do mercado.

j) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas foram ajustados pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados ao custo de aquisição, reduzidos ao seu valor recuperável quando aplicável.

k) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição reduzido ao seu valor recuperável quando aplicável. O imobilizado é submetido ao teste de recuperabilidade quando há indícios internos ou externos de que pode estar sobrevalorizado.

A depreciação foi calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens.

l) Intangível

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida a partir de 1º de janeiro de 2009 não são mais amortizados e são submetidos anualmente ao teste de recuperabilidade.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada e são submetidos ao teste de recuperabilidade quando há indícios internos ou externos de que podem estar desvalorizados.

m) Passivo Circulante e Não- Circulante

Os Passivos estão registrados pelo seu valor estimado de realização, ajustados a valor presente quando aplicável, com base em taxas de desconto que refletem as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos destes passivos, e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, em base "pro-rata die".

n) Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

Créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação; e,

Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da empresa.

o) Normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Em 2009, o CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu uma série de pronunciamentos para aplicação a partir de 2010. Estes pronunciamentos foram aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários. A Empresa está avaliando os impactos sobre as suas operações:

CPC	Título
15	Combinação de Negócios
16	Estoques
18	Investimento em Coligada e em Controlada

19	Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture)
20	Custos de Empréstimos
21	Demonstração Intermediária
22	Informações por Segmento
23	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro
24	Evento Subseqüente
25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
26	Apresentação das Demonstrações Contábeis
27	Ativo Imobilizado
28	Propriedade para Investimento
30	Receitas
31	Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada
32	Tributos sobre o Lucro
33	Benefícios a Empregados
35	Demonstrações Separadas
36	Demonstrações Consolidadas
37	Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade
38	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração
39	Instrumentos Financeiros: Apresentação
40	Instrumentos Financeiros: Evidenciação
43	Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40

ICPC Título

03	Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil
08	Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos
09	Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial
10	Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43

10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, comentar:

a) Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Companhia mantém os serviços de Auditoria Interna realizada por terceiros em conformidade com o calendário ou cronograma de trabalho para cada exercício social, de forma a verificar e evidenciar a segurança e a integridade das informações gerenciais, contábeis e fiscais.

A Administração avaliou a eficácia dos controles internos da Companhia referente ao processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas em 31/12/09, que com base nesta avaliação, a administração concluiu como sendo os controles internos eficazes.

b) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do Auditor Independente

Não houve.

10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, comentar:

a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não se aplica.

b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição as propostas de

Não se aplica.

c) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição as propostas de

Não se aplica.

d) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não se aplica.

10.8. Descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não se aplica.

ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não se aplica.

iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não se aplica.

iv. Contratos de construção não terminada

Não se aplica.

v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não se aplica.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica.

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 1.8, comentar:

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não se aplica.

b) Natureza e o propósito da operação

Não se aplica.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não se aplica.

10.10. Comentários dos diretores sobre os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) Investimentos, incluindo:

I. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os investimentos previstos e em andamento se referem em sua maioria a projetos de desenvolvimento de novos produtos, ferramentais, algumas máquinas e equipamentos adicionais necessários para fabricação de novos produtos, bem como na manutenção da capacidade produtiva.

Os valores previstos são da ordem de R\$ 30 milhões, variando de acordo com a demanda do mercado de atuação, seja na Div. Compressores, assim como na Div. Automotiva.

II. Fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos planejados para 2010 deverão ser financiados basicamente através da geração própria de caixa, e linhas de financiamento disponíveis tais como FINAME e Finimp.

III. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não se aplica.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Em dezembro de 2009, a SCHULZ adquiriu a totalidade das ações da SOMAR S.A., indústria mecânica dedicada aos segmentos de construção civil, industrial, hobby e de aplicações em geral, com destaque para motobombas centrífugas para aplicação industrial e residencial (cidade, campo e principalmente praia), cujo faturamento em 2009 foi de R\$ 31.1 milhões. A aquisição e incorporação da Somar já foi homologada em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 17 de dezembro de 2009, e estamos com o processo da incorporação operacional em andamento. Os efeitos da aquisição na operação da Schulz somente serão sentidos a partir de 2010.

c) Novos produtos e serviços, indicando:

I. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

As divulgações rotineiramente acontecem anualmente nas convenções internas, dos produtos que estão em desenvolvimento e que serão lançados no mercado ao longo de cada exercício social, e que não são divulgadas antecipadamente no mercado consumidor.

II. Montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Em 2009 foram investidos R\$ 249 mil em P&D, principalmente na Div. Compressores.

III. Projetos em desenvolvimento já divulgados

A política adotada pela Companhia é por não divulgar antecipadamente os novos projetos dos produtos para o mercado.

IV. Montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Os investimentos aplicados em desenvolvimento de novos produtos, em 2009, totalizaram R\$ 2.8 milhões.

10.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

a) Os investimentos na expansão da Div. Automotiva iniciados em 2007 e que foram concluídos em meados de 2008, não puderam entrar em operação por conta da recessão mundial iniciado no 2º semestre de 2008 com seus efeitos inclusive em 2009. Mesmo com o quadro reduzido, esta Divisão manteve sua operação com uma ociosidade relevante até Ago/09.

b) Na Divisão Compressores, mesmo com um mercado menos recessivo em relação a Divisão Automotiva, teve que flexibilizar prazos e preços durante todo o exercício, com o propósito de manter as vendas, garantido assim o resultado operacional esperado.

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Atendendo as disposições e normas previstas na Lei das Sociedades por Ações e na Instrução CVM 481/2009, bem como, disposições complementares, a Diretoria apresenta o que segue:

1. O Lucro Líquido auferido no exercício de 2009 foi de R\$ 35.194.686,33.
2. O montante global para o pagamento dos Dividendos é de R\$ 9.870.139,47 e o valor por ação de dividendos é de R\$ 0,804568 para as Ações Preferenciais e de R\$ 0,731425 para as Ações Ordinárias incluindo os Juros sobre Capital Próprio pago antecipado.
3. Os dividendos Propostos contemplam o percentual de 30% sobre o lucro ajustado de R\$ 32.900.447,43 (Lucro Líquido R\$ 35.194.686,33 – R\$ 562.636,40 Prejuízo Acumulado Anos Anteriores – R\$ 1.731.602,50 Reserva Legal). Conforme AGO realizada em 27/04/2010.

4. Em 2008 foi verificado um prejuízo de R\$ 13.081.004,58 e conseqüentemente não houve distribuição de dividendos.
5. Deduzidos os juros sobre capital próprio antecipado:
- a) Segue no quadro abaixo o valor bruto de dividendo, de forma segregada, por ação de cada espécie:

Classe	Valor Bruto	Valor por Ação
Ordinárias	3.382.513,82	0,620268
Preferenciais	4.987.625,58	0,682295
TOTAL	8.370.139,40	

- b) Ações preferenciais tem dividendo 10% maior do que o atribuído às ações ordinárias.
- c) O pagamento dos dividendos está previsto para até o dia 30/06/2010.
- d) Não há atualização e juros sobre os dividendos a serem pagos.
- e) Ocorreu pagamento de Juros Sobre Capital Próprio no valor bruto de R\$ 1.764.705,88.
6. Não houve declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.
7. Segue abaixo tabela comparativa indicando os valores por ação de cada espécie e classe:

Exercício	Lucro Líquido	Dividendos	Valor por Ação	Classe
2.009	35.194.686,33	5.881.450,01	0,804568	PN
2.009	35.194.686,33	3.988.689,46	0,731425	ON
2.008	- 13.081.004,58	-	-	
2.007	28.557.198,44	4.041.831,79	0,687950	PN
2.007	28.557.198,44	2.740.502,84	0,625410	ON
2.006	10.616.005,28	1.502.400,52	0,002557	PN
2.006	10.616.005,28	1.018.900,73	0,002325	ON

8. Destinação de Lucros à Reserva Legal:
- a) O montante destinado à reserva legal é de R\$ 1.731.602,50.
- b) O cálculo da reserva legal consiste na aplicação do percentual de 5%(cinco por cento) sobre o lucro ajustado de R\$ 34.632.049,93.
9. A companhia não possui ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.
10. Dividendo obrigatório

- a) Descrição da forma de cálculo prevista no estatuto Social referente aos dividendos obrigatórios:

ARTIGO 29 - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer destinação, sucessivamente e na seguinte ordem: (a) Os prejuízos acumulados; (b) A provisão para o Imposto de Renda; (c) Uma participação, até o limite legal, a ser partilhada entre os integrantes da Diretoria, devendo sua distribuição ser definida de com um acordo. **ARTIGO 30** - Após apurado, na forma do artigo anterior, o lucro líquido do exercício, deste será deduzido o montante de 5% (cinco por cento) para a formação da Reserva Legal, até que deixe de ser obrigatória, ou seja, quando tal fundo atingir 20 % (vinte por cento) do capital social; e, se for o caso, serão também abatidos valores adequados para formar as reservas previstas e definidas em lei. **ARTIGO 31** - O dividendo obrigatório é fixado em 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, apurado na forma dos Artigos 29 e 30, previamente acrescido das verbas previstas em lei. **ARTIGO 32** - Sobre o lucro que remanescer após as deduções dos artigos anteriores serão calculados e deduzidos os dividendos obrigatórios a distribuir,

respeitado o disposto no Artigo 4º, Parágrafo Terceiro, deste Estatuto, destinando-se então, o saldo final, seja para distribuição suplementar, seja para constituir uma Reserva para Aumento de Capital, observando que a finalidade desta é propiciar o permanente desenvolvimento da Companhia, pelo sistemático reinvestimento de uma parcela de lucros, limitada, dita reserva, a um montante igual a 80% (oitenta por cento) do próprio capital da Companhia. Esta reserva, em conjunto com as demais, não poderá exceder o valor do capital social e poderá ser utilizada na absorção de prejuízos, sempre que necessário, na distribuição de dividendos, a qualquer momento, nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações ou na incorporação ao capital social. ARTIGO 33 - O montante dos juros a título de remuneração do capital próprio que vier a ser pago por opção da Companhia, na forma do artigo 9º, da Lei 9249, de 26.12.95, poderá ser, a critério do Conselho de Administração, deduzido do valor do dividendo obrigatório de que trata o artigo 31, conforme faculta o parágrafo sétimo, do mesmo artigo 9º, da referida Lei.

b) Os dividendos obrigatórios estão sendo pagos integralmente.

c) Não há retenção de dividendos.

11. Não há retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia.
12. Não há destinação do resultado para reserva de contingências.
13. Não há destinação do resultado para lucros a realizar.
14. Transferência para a conta de Reserva para Aumento de Capital no valor de R\$ 23.030.307,96.
15. Não há retenção de lucros prevista em orçamento de capital.
16. Não há destinação do resultado para a reserva de incentivos fiscais na Controladora.